

MAIS UMA VEZ COMUNIDADE IMPEDE REALIZAÇÃO DO CONSUN

Pela terceira vez os estudantes, com o apoio da assembleia dos docentes, na medida em que não reconhece a reitora não-eleita pela comunidade, impediram que a equipe da professora Anna Cintra realizasse a sessão ordinária do Conselho Universitário do mês de fevereiro.

Costumeiramente marcado para a última quarta-feira do mês, o Conselho deveria ser realizado para seguir uma longa pauta de itens propostos pela equipe da reitora indicada. A lista denotava, logo em sua abertura, o que estava por trás da reunião: o primeiro ponto dizia respeito ao re-exame da sindicância contra professores do departamento de Jornalismo. Em 2012 uma comissão sindicante julgou o pedido de uma professora do departamento contra colegas que supostamente teriam-na ofendido. A Comissão entendeu que não houve agressão, porém um pedido de vistas, feito pela diretora da Fafica Sandra Rosa Mraz, ameaça reabrir todo o processo. Segundo o chefe de departamento de Jornalismo em nota dirigida ao Conselho, trata-se de um julgamento político, exatamente contra um dos departamentos que mais se opôs à posse de Anna Cintra. Na quarta-feira, 27/2, os



FOTOS DE MARINA D'AQUINO E LU SUDRÉ

Acima, a professora Alexandra Geraldini pede aos estudantes que desocupem as cadeiras do Consun. Abaixo, à esquerda, estudante ocupa cadeira da interventora Anna Cintra. À direita, Bia Abramides participa do protesto dos estudantes



estudantes seguindo decisão de sua assembleia de 26/2, entraram na sala 119-A e sentaram-se nas cadeiras reservadas aos conselheiros, impedindo que a reunião acontecesse.

ATO EQUIVOCADO

A professora Anna Cintra mais uma vez não compareceu à reunião, preferindo delegar a tarefa aos seus auxiliares. A equipe da pro-

fessora mostrou-se extremamente irritada com a atitude dos estudantes, não faltando ameaças de retaliações contra os manifestantes.

A professora Alexandra Geraldini dirigiu-se aos estudantes tentando explicar os motivos da equipe: "A situação é extremamente grave, a reunião precisa ser realizada, por isso faço um apelo para que vocês desocupem as cadeiras".

Os estudantes negaram-se a sair de sua posição e então começaram a questionar as medidas que até agora foram instauradas pela professora Anna Cintra, principalmente o Ato 13, conhecido como AI-Cintra. A professora Alexandra retrucou dizendo que o Ato foi equivocado e que a sua intenção era outra. Po-

continuação da página anterior

rém, não descartou que qualquer manifestação dentro da universidade que agrida as pessoas deve ser proibida.

Os alunos questionaram também a não abertura de turmas ocorrida neste início de semestre. Para Alexandra ninguém sai por aí fechando turmas aleatoriamente e que a gestão da professora Anna foi a que mais ouviu as unidades antes de fechar turmas.

Na sequência os alunos leram um documento tirado como deliberação da assembleia, no qual ressaltavam as razões pelas quais estavam tomando aquela atitude (veja íntegra nesta página).

Como não houve nenhum acordo a professora deixou a sala e o Consun foi cancelado.

Nos corredores novamente foram feitas ameaças veladas contra os estudantes e levantava-se a hipótese de realização do Conselho através de medidas judiciais.

APOIO DOS PROFESSORES

Presente ao ato, a professora Bia Abramides, diretora da APROPUC, manifestou solidariedade aos estudantes presentes e informou que na assembleia dos docentes foi aprovado o apoio ao ato que ali se realizava. A professora também relatou as decisões da assembleia dos docentes que encaminham para a continuidade do movimento (veja matéria nesta página), ressaltando a manutenção do eixo "Fora Anna Cintra", como perspectiva básica do movimento.

"DIÁLOGO"

No final da manhã de quarta-feira o site da PUC-SP exibiu uma nota com a posição da equipe de Anna Cintra afirmando que a ação dos estudantes "manifesta recusa ao diálogo com a reitoria e os conselheiros

presentes".

Estranha posição para quem ficou em último lugar nas eleições e até agora, usurpando o poder legitimamente endereçado ao primeiro colocado, somente tomou atitudes repressivas buscando tolher o mínimo de liberdade que sobrou à PUC-SP.

A nota dos estudantes

Nós, estudantes da PUC-SP, na luta pela democracia e autonomia universitárias, somos contra a atuação da última colocada nas eleições, Anna Cintra, nomeada por D. Odilo. Não legitimamos esse Consun por ser presidido pela interventora. Reivindicamos um novo processo eleitoral onde a vontade da comunidade acadêmica seja

de fato respeitada.

Demonstramos hoje que o Movimento Estudantil da PUC-SP está vivo! Nossa luta vai continuar!

O Movimento vai crescer!

Abaixo a intervenção da Igreja na PUC-SP!

Por uma universidade livre, democrática, autônoma, soberana e laical!

Professores decidem novo cronograma para continuar movimento pela democracia na PUC-SP

Reunidos em assembleia os docentes da PUC-SP criaram uma comissão para elaborar um cronograma de atividades para as próximas semanas. Os professores reafirmaram a continuidade do eixo de sua mobilização como "Pela Democracia e Autonomia na PUC" que inclui "Fora Anna Cintra" e, nesse sentido, definiram uma série de manifestações para as próximas semanas.

Em primeiro lugar pretende-se realizar dois debates, um sobre a situação da Igreja pós renúncia de Bento XVI e outro sobre o processo eleitoral que deverá ocorrer nos próximos meses na universidade para escolha de chefias acadêmicas; pretende-se programar uma série de

atividades culturais a partir das diversas áreas do saber, bem como incrementar a discussão interna nos departamentos e faculdades. O **PUCviva** deverá retomar as entrevistas com professores, estudantes e funcionários sobre a crise da PUC-SP.

A assembleia aprovou o nome de alguns professores para compor uma comissão organizadora destas atividades, que deverá ser engrossada por outros docentes e estudantes que queiram dela participar.

ACORDO INTERNO

Também foi comunicada na assembleia a última reunião entre a Fundação São Paulo e a APROPUC para assinatura de um novo Acordo Interno

de Trabalho. A diretoria da entidade comunicou à Fundação São Paulo a decisão da assembleia de não se reunir com a professora Anna Cintra para a assinatura do documento, o que foi aceito pela Fundasp.

Na nova minuta apresentada pelos gestores notava-se uma alteração na cláusula que previa a estabilidade dos di-

retos da APROPUC, acrescentando a possibilidade de dispensa em situações de justa causa. A APROPUC encaminhou contra esta alteração e a Fundasp ficou de elaborar nova redação.

Nova reunião entre a Fundação São Paulo e a diretoria da entidade deverá ser agendada nos próximos dias.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischtordt

Estudantes voltam a se reunir em assembleia geral

Os estudantes puquianos realizaram uma assembleia geral pela primeira vez desde a suspensão da greve, em dezembro do ano passado. Após as duas primeiras semanas letivas serem ocupadas por atividades organizadas pelos estudantes para recepcionar os calouros, o Movimento Fora Anna Cintra convocou todos os cursos a se reunir na Praia na terça-feira, 26/2, no período da manhã e da noite, para discutir sobre a reunião

do Conselho Universitário (Consun), convocado dias antes pela interventora para a manhã de quarta-feira, e também a continuação do movimento.

Em relação ao Consun, a deliberação seguiu o que já vinha sendo feito desde o início das movimentações em novembro: não reconhecer a reitoria e nem seus atos, portanto, impedir a reunião do conselho de acontecer. Deliberaram que, em formato de jogral, leriam uma pequena

mensagem do movimento aos presentes na reunião.

A segunda pauta de ambas as assembleias foi decidir sobre os rumos do movimento. Entendendo que mesmo com a suspensão da greve geral os atos autoritários de Anna Cintra devem ser combatidos, os presentes deliberaram a criação de uma frente unificada pelo "Fora Anna Cintra", contando também com a participação dos professores e funcionários da PUC-SP. Além do

movimento pela democracia, esta frente organizará o congresso dos três setores da PUC-SP, em ano de reforma do estatuto da universidade. A última revisão estatutária aconteceu em 2007, na gestão de Maura Veras. A deliberação seguinte foi criar um abaixo assinado por novas eleições para a reitoria da universidade, além de convocar assembleias específicas de cada curso da pontifícia para, depois, retornar em assembleia geral.

PORQUÊ "FORA ANNA CINTRA"

Veja e Anna Cintra: tudo a ver!

Sumida da comunidade acadêmica e dos corredores e rampas da universidade desde o início do semestre, Anna Cintra, interventora da Igreja na PUC-SP, também conhecida como "reitora biônica", resolveu dar as caras.

Mais uma vez, no entanto, através dos meios de comunicação hegemônicos - agora, por meio da *Revista Veja*.

A revista do grupo Abril tem se caracterizado como uma referência do jornalismo conservador, pelas abordagens equivocadas recheadas de um reacionarismo incomum. Aliás, o comentarista Reinaldo Azevedo chegou a qualificar como como horda de bárbaros os alunos, pro-

fessores e funcionários que protestavam contra a posse da profesora.

Em entrevista à sessão "Terraço Paulistano" da *Veja São Paulo*, no dia 22/2, Anna Cintra deu mais uma lição sobre seu "projeto político pedagógico" para a pontifícia durante sua gestão.

Primeiro, falando sobre o fechamento de uma turma de Filosofia e quatro de Letras, Cintra disparou: "os cursos não precisam dar lucro, mas têm ao menos de se pagar". Depois, já prometeu mais cortes de turmas para o vestibular no meio do ano, dizendo que cursos como Direito e Administração, que atraem muitos alunos, estão garantidos, mas não faz sentido oferecer os de-

ficitários, como Turismo.

Mas por que será, Anna Cintra, que os cursos na PUC-SP estão perdendo a capacidade de atrair e receber mais alunos?

E, para finalizar a aula magna transmitida pela *Veja*, Anna Cintra ressuscitou sua alma juvenil ao falar de como se sentem os jovens diante da tradicional educação "GLS" (giz, lousa e saliva), dizendo que "deve ser entediante para um jovem que nasceu com o computador na mão ficar ouvindo o professor falar o tempo todo".

Pode ser, Anna Cintra. Porém, mais entediante é ver que cada vez que a interventora aparece para falar sobre seus planos para a uni-

versidade fica mais evidente sua falta de base e preparo para dirigir uma universidade do calibre educacional da PUC-SP. O tédio, logo, cede lugar à indignação.

E pior: quando Anna Cintra aparece é através da mídia, ratificando todo seu zelo pelos combalidos órgãos colegiados da universidade. Ao final do ano passado, quando da ebulição da greve geral, Anna Cintra já escolhera a grande mídia como intermediária entre ela e a comunidade. Na época, escolheu o jornal *Folha de S. Paulo*, cedendo entrevista exclusiva no dia 1/12/2012, para tentar o diálogo com quem ela denominou de "grupos de alunos e de professores" grevistas.

FALA COMUNIDADE

Um pecado na PUC-SP

João Vitor Cardoso

Artigo 3º do capítulo I do estatuto da PUC-SP: *No cumprimento de sua missão a PUC-SP orienta-se, fundamentalmente, pelos princípios da doutrina católica. Dentro desse espírito, assegura a LIBERDADE DE INVESTIGAÇÃO, DE ENSINO E DE MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO, objetivando sempre a realização de sua função social, considerada a natureza e o interesse público de suas atividades.*

Surgem novos eixos para o movimento. Apesar da força e criatividade do final do semestre passado, seu principal eixo continua sendo a imensa indignação da comunidade contra a nomeação da terceira colocada nas urnas, Anna Cintra. Aliás, é sobre o comportamento da candidata, ao renegar o compromisso assumido publicamente, que se sustentou, especialmente nas férias, uma das principais frentes de luta do movimento: a jurídica.

A jurisdição hoje é o monopólio do Poder Judiciário do Estado (art. 5º, XXXV da Constituição Federal). Lembre-se, porém, de que no período monárquico brasileiro, tínhamos a jurisdição eclesiástica, a qual desapareceu com a separação entre Igreja e Estado. Agora só existe jurisdição estatal, confiada a certos funcionários públicos: os magistrados.

Há muito, a Igreja Católica latino-americana, preocupada com suas universidades, realizava em Buga, na

Colômbia, de 12 a 18 de fevereiro de 1967, um seminário que produziria um texto sobre a *Missão da Universidade Católica na América Latina*, de fundamental importância, do ponto de vista estratégico e político, para a proposta da reforma universitária da PUC-SP, naquela época.

Neste documento, "*a autonomia universitária é requisito indispensável para a livre investigação e expressão e de pensamento. (...)*"; *nessa esteira, quanto à democratização da estrutura de poder, prescreve: "rever a estrutura de poder, promovendo em*

Com efeito, o Estatuto da Universidade conseguiu por anos realizar uma gestão democrática que preserva, institucionalmente, a liberdade de investigação, de ensino e de manifestação de pensamento (Art. 3º do Estatuto.).

Dom Odilo, nobre cardeal, senhores católicos de todo o mundo, nomeou para Reitor uma pecadora. Ela cometeu o pecado da mentira (ilícito de má fé) e caso isso seja pouco, ou que a fé cristã aceite isso nos tempos modernos, que diga

dos críticos da ditadura militar, como, por exemplo, nos episódios do acolhimento da SBPC, da invasão policial, e nos atos de acolhimento dos docentes cassados e de alunos perseguidos políticos, vide a placa que se localiza ao lado do refeitório que diz: "Não se cala a consciência de um povo. 1º Aniversário da Invasão da PUC-SP. 22 - 9 - 1970. Centro Acadêmico 22 de Agosto".

No momento de uma crise como esta, construída no coletivo, surgem dúvidas e indagações sobre a eficácia e a validade da democracia da PUC-SP. É natural, pois, que a concreção, a constituição e o exercício deste poder, que há desde muito se constrói no interior da Universidade, são o ponto de encontro da própria tradição de defesa das tradições, essencial para o cumprimento da função social desta Universidade. Até porque, a PUC é parte simbólica do patrimônio público nacional, por sua história, por seu lugar cultural, político e moral.

Por isso, essas dúvidas e indagações devem ser objeto de reflexões por parte de professores, funcionários e alunos que vêm se incorporando à Universidade. Com efeito, as discordâncias que já estavam fortemente presentes, com as condições políticas e emocionais de outrora, fazem que na atualidade seja indispensável o diálogo, este que nos fora negado não obstante tenha



Dom Odilo, nobre cardeal, senhores católicos de todo o mundo, nomeou para reitor uma pecadora. Ela cometeu o pecado da mentira (ilícito de má fé) e caso isso seja pouco, ou que a fé cristã aceite isso nos tempos modernos, que diga isso em alto e bom som, e não permaneça silente.



todos os níveis a participação dos professores e alunos no governo da instituição e na eleição de suas autoridades. Tal revisão deverá tender à descentralização de poder. Reconheça-se, também, o legítimo direito aos sistemas organizativos e aos de representação dos membros integrantes da comunidade universitária".

Assim, a formação democrática do aluno e do professor passava a ser objetivo também do próprio processo de ensino-aprendizagem, numa real democratização da produção de conhecimento.

isso em alto e bom som, e não permaneça silente. O Cardeal procura jogar com o impasse, ao invés de trilhar o caminho do diálogo proposto pelo Conselho, desrespeitando a decisão judicial, assim como professores, estudantes e funcionários da Universidade.

Desde 1965, a Igreja local, em coerência com sua doutrina, não só respeitou plenamente a autonomia da Universidade como lhe deu apoio e retaguarda, a todo custo, sobretudo nos perío-

continua na página seguinte

continuação da página anterior

sido permanentemente perseguido e mantido dentro dos espaços físicos da Universidade. Por outro lado, a Reitoria dialogou com a Polícia, a GCM, o Conselho de Segurança, etc. Mesmo assim, trás à baila argumentos falaciosos e pueris como "devemos sair das páginas policiais" (sic).

Em resumo, *a democracia da PUC-SP* é consagrada-mente essencial à realização dos fins desta Universidade, e por isso mesmo o exercício dessa democracia tem sido e deve continuar sendo revestido de especial responsabilidade, sob pena de se comprometer a *utopia do modelo da PUC-SP de ser Universidade*, isto é, da busca permanente da universidade cada vez mais competente na pesquisa, no ensino e na extensão, concomitantemente à realização da sua

comunidade universitária, como sujeito do seu próprio processo histórico. Precisamos tomar a decisão de assumir a vontade política de construir e viabilizar o redesenho organizacional da PUC-SP, porque somente assim, acreditamos, estaremos agindo sobre as reais causas da atual situação e não apenas sobre seus efeitos.

Ora, em um ambiente em que não se respeita a própria tradição, não é possível defender outras tradições. Ademais, há no caso um complicador maior, este de que nossa tradição é positivada pelo próprio ordenamento jurídico Canônico, um dos poucos do globo em que há igualdade entre as fontes jurídicas: lei escrita e costume.

Nesse cenário de crise, em que a solução parece vir de fora dos nossos portões, como de fato tem ocorrido (pelo Judiciário), a defesa das tradições dos povos deve ser retomada, por ser decisiva para a reconstrução

de um processo democrático, que demanda uma solução técnica e politicamente negociada. Caso contrário, impor-se-á a descaracterização da instituição como uma Universidade democrática e autônoma.

De modo que reivindicar as tradições da própria universidade, em algum momento, no fundo, tem alguma relação, um ponto de encontro, com a defesa da cultura dos povos, questão extremamente importante para o debate contemporâneo. Isto é, a defesa da nossa tradição democrática emerge, e se depara, de alguma maneira, com a defesa dos indígenas, dos ribeirinhos, das comunidades quilombolas, e assim por diante. Defender a PUC, na atual conjuntura, significa contrariar o etnocídio, seja dos latinos escravizados no Brás, ou dos indígenas em Belo Monte.

Falamos nesta época da denúncia do *pecado de Anna Cintra* para defender o ideal

democrático é o retorno às trevas. Ademais, acreditamos que a democracia da PUC-SP tem maturidade suficiente para prosseguir no seu processo histórico de superação e construção da evolução institucional da Universidade. Concluimos, citando nossa inspiração, a Carta aos Moços, escrita por Rui Barbosa:

"Eia, senhores! Mocidade viril! Inteligência brasileira! Nobre nação explorada! Brasil de ontem e amanhã! Dai-nos o de hoje, que nos falta. Mãos à obra da reivindicação de nossa perda autonomia; mãos à obra da nossa reconstituição interior; mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais; mãos à obra de substituir pela verdade o simulacro político da nossa existência entre as nações. Trabalhai por essa que há de ser a salvação nossa".

João Vitor Cardoso é estudante de Direito

Plebiscito: uma solução plausível

Cauê Ameni

Além da motivação política do Movimento Estudantil, que considera a "nova reitoria" ilegítima, a intenção de barrar o Consun, no dia 27/2, tinha como foco aproveitar a presença dos professores, integrantes da pretensa gestão, e dos conselheiros para colocar algumas soluções concretas sobre a mesa. Infelizmente os conselheiros e pró-reitores, ao verem seus lugares ocupados por estudantes, preferiram se retirar. Em defesa da legitimidade da sessão, o professor Lafayete (chefe de gabinete)

leu a última decisão judicial, que autorizava o exercício da reitoria não eleita, com a justificativa de que a universidade ficaria acéfala. Pena não ter visto esse mesmo espírito legalista quando a ação judicial validou o Consun do dia 12/12/2012, que por sua vez, destituiu a lista homologada na eleição.

Os grupos tendem a tensionar ainda mais a corda desse conflito. Mais preocupados em defender seus pontos, se esquecem de buscar alguma solução viável. O que tem se tornado algo desgastante para ambos os lados, e também para uma instituição que procura se reerguer em meio

à crise. Se antes diziam que a PUC-SP estava fraturada, hoje temos uma grande fratura exposta.

Ainda há tempo de estancar a sangria se a comunidade se unir em torno de um projeto. Obviamente para que esse projeto incomum se torne realidade, devemos contar com concessões das posições mais extremadas, nem religiosas demais, nem laica de menos.

Na assembleia geral dos estudantes (26/2), surgiu a ideia de fazer um plebiscito, para saber de fato o posicionamento da comunidade em relação à "reitoria" Anna Cintra. No impasse

em que nos encontramos, essa parece ser a única saída possível para saber o que quer a comunidade para si. Resta saber se a "nova reitoria" terá coragem de encarar esse processo com a mesma coragem que os estudantes, professores e funcionários tiveram nos últimos tempos. Afinal, nada melhor que uma ação participativa democrática para avaliar o quanto matura se encontra a soberania universitária, já que na porta do Consun do dia 27/2, nos fomos "os antidemocráticos" (sic).

Cauê Ameni é estudante de Ciências Sociais

GAUCHE NA VIDA

A decisão de Bento XVI deve ser considerada com atenção por quem se importa com os destinos da política da humanidade

Cumprindo a "grande recusa", ele deu provas não de vileza, como Dante talvez injustamente escreveu de Celestino V, mas de uma coragem que adquire hoje um sentido e um valor exemplar. De fato, deve ser evidente para todos que as razões invocadas pelo Pontífice para motivar sua decisão, em parte certamente verdadeiras, não podem de modo algum explicar um gesto que na história da Igreja tem um significado totalmente particular. E se lembrarmos que em 4 de julho de 2009, Bento XVI, como prova de que a decisão havia sido meditada, tinha depositado exatamente sobre a tumba de Celestino V, em Sulmona, o púlpito que recebera quando de sua investidura, tal gesto adquire todo seu peso.

Por que essa decisão se mostra hoje para nós como exemplar? Porque ela chama a atenção de modo claro para a distinção, da qual as nossas sociedades parecem ter perdido toda consciência, entre dois princípios essenciais da nossa tradição ético-política: a legitimidade e a legalidade. Se a crise que a nossa sociedade está atravessando é tão profunda e grave, é porque ela não coloca em questão apenas a legalidade das instituições, mas também a sua legitimidade; não apenas,

como com muita frequência se repete, as regras e as modalidades de exercício do poder, mas o próprio princípio que o funda e o legitima.

Hoje, os poderes e as instituições não são deslegitimados porque caíram na ilegalidade; ao contrário, é verdade justamente o oposto,

toda legitimidade substancial. Ao procurar assegurar por meio do direito positivo a legitimidade de um poder, a tentativa da modernidade de fazer coincidir legalidade e legitimidade é, como mostra o irrefreável processo de decadência no qual entraram as nossas instituições

lo de legitimidade, com seu gesto colocou em questão o próprio sentido desse título. Diante de uma cúria que, esquece-se totalmente da própria legitimidade e persegue obstinadamente as razões da economia e do poder temporal, Bento XVI escolheu usar apenas o poder espiritual no único modo que lhe pareceu possível, isto é, renunciando ao exercício do Vicariato de Cristo. Desse modo, a própria Igreja foi colocada em questão desde suas raízes. Não sabemos se a Igreja será capaz de se aproveitar dessa lição; mas seria certamente importante que os poderes laicos, a partir de tal lição, encontrassem uma oportunidade para novamente se interrogar sobre a própria legitimidade.



Diante de uma cúria que, esquece-se totalmente da própria legitimidade e persegue obstinadamente as razões da economia e do poder temporal, Bento XVI escolheu usar apenas o poder espiritual no único modo que lhe pareceu possível, isto é, renunciando ao exercício do Vicariato de Cristo.



isto é, que a ilegalidade está tão difundida e generalizada porque os poderes perderam qualquer consciência da sua legitimidade. Por isso é vã a crença de poder afrontar a crise das nossas sociedades por meio da ação - certamente necessária - do poder judiciário: uma crise que investe a legitimidade não pode ser resolvida apenas no plano do direito. De fato, ao pretender legiferar sobre tudo, a hipertrofia do direito exhibe, por meio de um excesso de legalidade formal, a perda de

democráticas, totalmente insuficiente. As instituições de uma sociedade permanecem vivas somente se ambos os princípios (que, na nossa tradição, também receberam o nome de direito natural e direito positivo, poder espiritual e poder temporal) permanecem presentes e nela agem sem jamais pretender coincidir.

Por isso o gesto de Bento XVI é tão importante. Tal homem, que era o chefe da instituição que tem o mais antigo e representativo títu-

Texto publicado no jornal La Repubblica, no dia 16 de fevereiro de 2013. (Tradução: Vinicius Nicastro Honesko)

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Moradores de Paraisópolis denunciam situação de terror

Na quarta-feira, 27/2, chegou ao gabinete do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira, um documento anônimo de moradores de Paraisópolis, favela situada na zona sul, Morumbi, denunciando práticas de abuso de poder e autoridade e violação e direitos humanos por parte dos policiais que atuam na região, conhecidos como "Bonde do Careca ou Carequinha".

A situação descrita pelos moradores é de terror. Na nota, eles relatam que comerciantes têm sido obrigados

a fechar as portas dos seus estabelecimentos mais cedo, por mando dos policiais, que, caso a ordem não seja cumprida, entram nos imóveis e quebram as instalações. Além disso, casos frequentes de espancamento de jovens, em maioria negros, foram delatados. E mais: conforme o documento, bombas de gás e efeito moral têm sido jogadas durante as madrugadas na comunidade, como forma de ameaçar e intimidar a população.

Além dos relatos, o documento traz também infor-

mações importantes para o combate à violência policial, prática corriqueira nas periferias de São Paulo. Ele lista seis placas de automóveis que teriam sido utilizados pelo Bonde do Careca na tarde de 16/2, quando moradores da comunidade conseguiram gravar as ações dos policiais.

Ao final da nota, os moradores afirmam esperar uma solução imediata do secretário de segurança pública, que assumiu após seu antecessor ser demitido também em razão de escândalos de abuso de poder e violência policial.

Frente pró-cotas realiza ato contra programa do governo

Na quinta-feira, 28/2, no Campus de Direito da USP, no Largo São Francisco, centro de São Paulo, movimentos populares que compõem a frente pró-cotas do estado realizaram um ato político de repúdio à proposta do PIMIESP-College (Programa de Inclusão pelo Mérito), formulado por Alckmin e pelos reitores por ele indicados às principais universidades do estado.

Essa foi apenas a primeira de uma série de mobilizações que tentam impedir a aprovação do programa e exigem a aprovação da Lei 430/04, que institui cotas raciais efetivas nas universidades paulistas.

Em nota, os movimentos afirmaram que a proposta do PSDB não garante acesso dos estudantes de escolas públicas, negros e pobres às três universidades de ponta, como USP, Unesp e Unicamp. Na prática, cria-se uma terceira categoria de ensino superior público em São Paulo, com duração de dois anos e à distância. Isso tudo, ainda conforme a publicação, para fantasiar discursos de inclusão de estudantes pobres e negros nas universidades do estado mais racista do Brasil.

Em outros estados do país, por exemplo, as cotas raciais são implementadas, com diferentes modelos, tanto em universidades federais quanto estaduais.

MTST acampa em frente à secretaria de habitação de Sumaré

Depois de longa espera por uma solução para as famílias da ocupação Zumbi dos Palmares, em Sumaré (SP), o MTST realizou na quarta-feira, 27/2, um acampamento em frente a secretaria de habitação do município. As famílias aguardam a entrega de suas casas no terreno ocupado desde 2008, e estão ameaçadas de despejo por uma ação do

Ministério Público.

A prefeitura, dirigida por Cristina Carrara/PSDB diz que pretende resolver o problema, mas até o fechamento desta edição não havia tomado nenhuma medida efetiva, o que põe em desespero as 450 famílias ameaçadas de ir pra rua em menos de 20 dias, data limite para ação de despejo. Segundo os acampados, o envolvimento dos

governos estadual e federal nas negociações também não garantiram até então nenhuma solução.

Em nota, afirmaram: "Permaneceremos acampados, lutando contra o despejo dos trabalhadores. Sairemos da secretaria de habitação somente quando nossa situação estiver resolvida. Não aceitaremos o despejo".

Semana na Unifesp debate direitos da mulher

O Núcleo de Estudos Heleith Saffioti organiza entre os dias 4 e 8/3 o seminário "(des) Construindo o feminino", em lembrança e comemoração do Dia Internacional da Mulher. O seminário acontecerá na Unifesp de Santos-SP, na rua Silva

Jardim, 136, com uma extensa programação que promete debater educação, música, cinema, direitos humanos e política, tudo relacionado de algum modo com as mulheres.

Entre os convidados estão estudantes e professores

da própria universidade e da Unicamp, o movimento Católicas pelo Direito de Decidir, coletivos feministas, representantes da Secretaria de Saúde do município e companhias de música e teatro, como a Companhia Kiwi.

ROLA NA RAMP

Estudantes recebem cardeal em ato na PUC-SP

Em ato, cerca de 200 estudantes estiveram no Pátio da Cruz protestando contra Dom Odilo Scherer, cardeal de São Paulo, que esteve na PUC-SP para realizar a missa de sexta-feira, 22/2, na capela da universidade. O cardeal que elegeu a terceira colocada nas eleições para reitoria dirigiu-se ao Pátio da Cruz, após o término da cerimônia, acompanhado de membros e devotos da Igreja para "ungir e sacralizar" a cruz.

Enquanto era realizada a missa, estudantes estiveram ao lado de fora, com fitas e tecidos tampando suas bocas, em referência à falta de liberdade de expressão que se instaurou na universidade de alguns anos para cá, principalmente após a nomeação de Anna Cintra como reitora. Um ex-professor, presente no ato dos estudantes, por exemplo, tentou entrar na capela durante a cerimônia e foi barrado pelos seguranças que estavam na porta.

Após o encerramento da missa, estudantes de todos os cursos seguiram o grupo de religiosos com cartazes pedindo a renúncia de Anna Cintra, assim como cópias do termo assinado pela "interventora" no Roda Viva, em agosto de 2012, onde se comprometeu a não aceitar o cargo de reitora, caso não fosse a mais votada nas urnas.

Já no Pátio da Cruz o movimento manteve-se em silêncio durante toda a cerimônia, em sinal de respeito ao culto, uma vez que a crítica do movimento não é a religião católica, mas a intervenção arbitrária da Igreja dentro da universidade. Após o término da cerimônia, aos gritos de "Fora Anna Cintra", o cardeal deixou o Pátio, onde sua única manifestação em relação ao movimento foi pedir aos estudantes que baixassem os cartazes, como tentativa de calar a manifestação estudantil.



D. Odilo Scherer, cercado de manifestantes e cartazes, unge e sacraliza a Cruz da PUC-SP

Espectáculo "Improvável" volta ao TUCA em março

A partir do dia 7/3, o espetáculo "Improvável" retorna ao TUCA, apresentado pela Cia. Barbixas. A montagem, que é feita na base do improviso, fica em cartaz durante todas as quintas-feiras, às 21h30, até o dia 27/7.

A cada semana, um mestre de cerimônia sorteia temas sugeridos pela plateia e os atores Anderson Bizzocchi, Daniel Nascimento e Elidio Sanna, além de convidados, interpretam, tornando cada apresentação única.

Fórum debate o diálogo entre indígenas e não indígenas

Nos dias 8/3, das 10 às 18h, e 9/3, das 10 às 17h, no auditório "Paulo VI" (localizado na Biblioteca Nadir Kfourri), acontece o Fórum Eu (te) apago, tu (me) apagas e nós (nos) apagamos: algumas ações para encontrar soluções à problemática das

culturas indígenas que estão em vias de desaparecimento, com palestras de Cláudia Campos, representante das associações francesas Atelier Brasil e Terre Indigène. Para mais informações, envie email para terras.indigenas83@gmail.com.

"Facas nas Galinhas" estreia no Tucarena

O grupo Barracão Cultural apresenta a partir do dia 9 de março, às 21h, no Tucarena, o espetáculo teatral "Facas nas Galinhas", em curta temporada.

A peça, primeiro teatro de autoria do britânico David Harrower, estreou em Edimburgo (Escócia), em meados dos anos 90, e desde então já foi encenada em 25 países. "Facas nas Galinhas" é um texto poético e simbólico sobre uma mulher jovem que se passa em uma aldeia, em um tempo arcaico, e tem direção de Francisco Medeiros e elenco formado

pelos atores Eloisa Elena, Cláudio Queiroz e Thiago Andreuccetti. A peça fica em cartaz até 28/4, com apresentações aos sábados (21h) e domingos (19h); não haverá espetáculo nos dias 30 e 31/3, quando o grupo participa do Festival de Curitiba. O valor dos ingressos é de R\$ 40 (R\$ 20, meia-entrada, e R\$ 10 para estudantes, funcionários e professores da PUC-SP). Para informações sobre a compra de ingressos para o espetáculo, acesse o site do Tucarena em www.teatro-tuca.com.br.